

UNIVERSITÁRIOS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A PANDEMIA DE COVID-19: o direito à educação em cheque

Fumes, Neiza de Lourdes Frederico. UFAL. neizaf@yahoo.com
Amorim, Rosiane Oliveira de. UFAL. rosianneamorim@gmail.com
Silva, Samara Louise da Cunha. UFAL. sammycunha24@gmail.com
Ferreira, Raíssa Matos. UFAL. raissamatos16@gmail.com
Moura, Phelipe Lins de. UFAL. phelipemoura13@gmail.com
Silva, Maria Quitéria da. UFAL. quiteria.dasilva.1978@gmail.com

Consideramos que é sempre importante retomar que o acesso à educação superior no Brasil durante a maior parte de sua história foi um direito exclusivo às elites do país e, por conta disso, é ainda fundamental a proposição de políticas para modificar este cenário. No entanto, não são suficientes a proposição de ações para a expansão do acesso.

É também necessário garantir a qualidade do ensino e a permanência dos alunos que historicamente foram excluídos deste contexto, como ainda romper com certas distorções históricas – concentração de instituições superiores em grandes centros urbanos, universidades públicas de difícil acesso às classes populares, cursos superiores quase exclusivos para as elites e outros para os trabalhadores, entre outras. E, este é ainda um longo caminho a ser percorrido, o qual passou por graves retrocessos nos governos de Michel Temer (2016-2019) e Jair Bolsonaro (2019-2023).

Mais especificamente, no governo de Bolsonaro, as universidades federais públicas sofreram fortemente com o desfinanciamento constante e muitas delas chegaram ao eminente fechamento de suas atividades, como ainda a proposição do *Future-se* que previa a abertura das universidades públicas para as parcerias público-privadas e mercantilizando suas atividades para os interesses do capital.

Não se pode deixar de falar que toda a educação brasileira sofreu muito com a gestão desastrosa da pandemia de COVID-19 pelo então governo bolsonarista. Segundo dados compilados pela Abrasco (2023), até 2 de novembro de 2023, foram confirmados 37 milhões de casos e 706.808 óbitos atribuídos à COVID-19 no país, o que levou a uma diminuição da expectativa de vida para a população brasileira.

Para a pessoa com deficiência, apesar dos apelos dos organismos internacionais, houve o apagamento de suas necessidades durante o período pandêmico e sua invisibilização, inclusive no campo educacional (Fumes & Carmo, 2021). A retomada de um discurso segregacionista, capacitista e eugênico pelo Ministério da Educação naturalizou a exclusão do público-alvo da Educação Especial dos espaços educacionais durante a pandemia.

Na Educação Superior não foi diferente!!!

Para discutir mais sobre esta situação, propomos a apresentação de uma série de pesquisas (Amorim, 2023; Moura, Silva & Fumes, 2022; Silva, 2022, Silva, Ferreira & Fumes, 2023) realizadas pelo Núcleo de Estudos em Educação e Diversidade (NEEDI) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL/Brasil), durante o período pandêmico em uma universidade pública federal. Destacamos que a pesquisa matricial foi aprovada pelo Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos da universidade.

Estas pesquisas procuram apreender a dimensão subjetiva do processo de inclusão de universitários com deficiência no período de isolamento social decorrente a COVID-19.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: refletindo sobre a realidade

Para conhecer a dimensão subjetiva da inclusão da pessoa com deficiência na educação superior durante o período pandêmico e pós-pandêmico foi realizada uma pesquisa matricial intitulada *Dimensão subjetiva da realidade em tempos de COVID-19 para estudantes com deficiência da educação superior*, a partir de 2020 começaram a ser produzidos dados, após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa.

Vinculado ao projeto principal, tivemos vários subprojetos de Iniciação à Pesquisa e de Mestrado em Educação, sendo que para este relato trazemos os resultados de alguns deles.

O Materialismo Histórico Dialético e a Psicologia Sócio Histórica, principalmente, por meio da obra de Vygotsky representam o referencial teórico e metodológico das pesquisas realizadas.

N

A pesquisa realizada por Moura, Silva e Fumes (2022) teve como objetivo analisar os serviços de apoio aos universitários com deficiência visual durante o ensino remoto. A pesquisa contou com a participação de 17 universitários com deficiência visual e a produção de dados se deu por meio de um questionário aplicado de forma online, devido às condições de distanciamento e isolamento social impostas pela pandemia de COVID-19. Para análise de dados foram utilizados dois procedimentos, o primeiro uma análise estatística descritiva (Malheiros, 2011) e o segundo, uma análise qualitativa para as questões abertas do instrumento de produção de dados.

Os resultados mostram que a educação durante a COVID-19 passou a entender a tecnologia, como um espaço de luta, transformação, mas também de acirramento das desigualdades. E, quando nos direcionamos às pessoas com deficiência as desigualdades e barreiras aumentam, dado que os recursos de acessibilidade (educacionais) são de alto custo, dificultando ainda mais o processo de autonomia e inclusão educacional.

Nos resultados quantitativos, podemos identificar os recursos e os serviços que os alunos consideravam necessários para ter êxito no ensino remoto e os serviços disponibilizados pela universidade durante a pandemia. O que teve uma maior incidência foi o acesso à internet, que é um recurso indispensável para esses novos tempos, porém com esse fato surgem os desafios que, por vezes, não são controlados – a falta de acesso à internet, que também implica na instabilidade e má conexão, que acaba sendo uma barreira para no processo educacional dos universitários com DV (Castaman & Rodrigues, 2020).

Na realidade pesquisada, constatamos que os serviços disponibilizados durante a pandemia aos estudantes com deficiência visual foram os recursos tecnológicos (chip e computador) e profissionais do Núcleo de acessibilidade (NAC). Em termos de adaptação de material, todos os participantes que solicitaram a adaptação de material, receberam esse material com atraso, o que resultou em prejuízo para o estudante.

Nesse período remoto do primeiro semestre eu recebi muita coisa atrasada [...] cheguei a reprovar de certeza em duas matérias por causa disso. (D4)

Alguns materiais chegavam pelo NAC, mas chegava atrasado, sempre chegava atrasado. (D3)

Só que quando eu receber [o material], o professor já tem passado aquela aula, e já tem cobrado trabalho em cima daquele material e eu não tenho recebido ainda. (D2)

Reiteramos que os universitários que necessitavam do apoio do NAC, por vezes, não estão sendo atendidos satisfatoriamente, visto que, o atraso na entrega do material adaptado é constante. Por sua vez, retomamos que uma das atribuições dos núcleos de acessibilidade é organizar e preparar recursos pedagógicos acessíveis para os universitários com deficiência (Ciantelli & Leite, 2016). No entanto, os universitários com DV também necessitam de outros serviços além do material adaptado, como por exemplo acessibilidade nas atividades avaliações.

Segundo os estudantes que necessitam de bolsista para apoio, como leitor e escriba em trabalhos acadêmicos, não estão recebendo esse tipo de atendimento, pois, o atendimento pedagógico do NAC estava limitado apenas à adaptação de material.

Era pra ter uma pessoa, um bolsista especial, como acontece na aula presencial, tinha isso, um bolsista pra ler quando tinha prova, quando tinha trabalho. Entrava em contato também com o núcleo de acessibilidade e nenhum me ouvia, nem o professor e nem o núcleo. Falava para coordenadora também: “aaah, D2, você se vire, fale com o professor” (D2)

É importante destacar que realizar adaptações de materiais pedagógicos conforme as necessidades do estudante com deficiência é um dos serviços oferecidos pelo NAC, porém, não devendo limitar-se apenas a isto. O trabalho realizado pelo NAC é fundamental para a permanência do estudante com DV na educação superior, como também a falta desse apoio pode causar sua desistência, principalmente durante esse formato de ensino em que as relações e as atividades estavam acontecendo virtualmente.

Portanto, observa-se a necessidade de o trabalho ser desenvolvido, articuladamente entre NAC, professor, coordenação do curso e estudante, principalmente durante o ensino remoto que agudizou os problemas que já existiam na universidade, como ainda no período pós-pandêmico.

Diante do exposto, salientamos que as orientações que foram propostas para o Período Letivo Excepcional (PLE), não foram efetivadas, a exemplo do apoio na matrícula. De um modo geral, os universitários com DV não tiveram apoio da instituição para a continuação dos seus estudos de forma remota, o que aumentou as dificuldades na permanência e no aprendizado nesse novo modelo de ensino. Não havendo esses subsídios fundamentais, notamos a negligência e exclusão dos universitários com DV.

Em sua dissertação de mestrado, Silva (2022) realizou uma pesquisa que teve o objetivo de apreender a dimensão subjetiva da realidade educacional dos universitários com deficiência visual durante o ensino remoto implantado em decorrência da Pandemia de COVID-19. Do estudo participaram 6 universitários com deficiência visual, de diversos cursos de graduação. Os dados foram produzidos por meio de: entrevista semiestruturada realizada individualmente e sessão reflexiva, realizada coletivamente. Os dados produzidos foram analisados por meio dos Núcleo de Significação (Aguiar & Ozella, 2013, 2016).

Os resultados evidenciaram, de maneira inquestionável, os retrocessos institucionais no atendimento das necessidades educacionais dos universitários com deficiência. Tais recuos aconteceram, não obstante de instruções normativas orientando a acessibilidade durante o período de ensino remoto. Um dos participantes da pesquisa confirma o retrocesso do processo educacional no ensino remoto:

No ensino remoto eu não sinto planejamento, [...] os professores já disseram que não tem tempo pra dar tal assunto, algumas disciplinas não têm monitores, alguém que possa tirar as dúvidas ao decorrer da semana, se a gente, sei lá, perdeu a aula por falta de internet, algum problema assim. (Edson)

A fala do participante expõe a degradante situação do processo de ensino e aprendizagem produzido pelo ensino remoto. Assim, entendemos como a mediação ou a falta dela interfere no processo de aprendizagem, por isso os instrumentos utilizados devem ser adequados às necessidades do sujeito no intuito de contribuir positivamente para o seu desenvolvimento psíquico. Compreendemos que toda interação humana é mediada por instrumentos e signos (Vigotski, 2007). No entanto, os instrumentos imbricados nas significações do contexto pandêmico não contribuíram para o processo inclusivo.

Os dados denunciam ainda situações capacitistas:

Ela [a professora] passou uma atividade pra gente fazer uma análise de um filme, só que o filme é de origem indiana e não tem audiodescrição. [...] Não tava acessível. [...] Outros professores passaram tipo textos escaneados, e aí o leitor de tela não ler. (Edson)

Ele (o professor) fala pra os alunos: você tá vendo aqui? E ele nem lembra que tem um deficiente visual na sala. Isso aí para mim foi terrível. (Irene)

Eu tive que interromper às vezes, duas, três vezes a aula pra solicitar a descrição porque era uma aula com muitas imagens. (Ana)

As falas dos universitários expõem situações que incorrem em falta de acessibilidade, de apoio pedagógico e na prática pedagógica. Elementos estes, que evidenciaram situações de capacitismo e de exclusão dos universitários com deficiência que diariamente são ignorados e negligenciados institucionalmente. Na análise de Mattoso, esse contexto de invisibilidade da pessoa com deficiência é estrutural:

Ainda que a existência humana não seja privilégio de quem enxerga, são as pessoas que podem ver (videntes/normovisuais) as responsáveis pela organização do mundo em todas as suas estruturas – políticas, econômicas, científicas, sociais e culturais [...] [E assim] organizadas para e pelas pessoas que podem ver, estas estruturas afetam diretamente os cegos e as pessoas com baixa visão (Mattoso, 2012, p. 63).

Desse modo, é necessário entender que o capacitismo está estruturado e segue estruturante no ambiente acadêmico como um mecanismo de exclusão da pessoa com deficiência. É “caracterizado pela premissa de que um corpo fora de certo padrão normatizado é imperfeito e incapaz (percepção baseada no modelo biomédico da deficiência, que parece jamais ser superado!) ” (Costa, 2020, p. 10). Então, os estudantes com deficiência já chegam à universidade com esse estigma e vão ter muitas das relações sociais que irão iniciar mediadas por ele.

Na pesquisa de Iniciação de Pesquisa, Silva, Ferreira e Fumes (2023) realizaram um estudo quali-quantitativo com objetivo analisar as vivências de universitárias com deficiência de uma universidade da Região Nordeste brasileira acerca do ensino remoto implementado em decorrência da pandemia da COVID-19, e apreender as diferentes mediações deste processo.

Ressaltamos que este estudo é um recorte de uma pesquisa que contou com a participação de 33 universitários com deficiência. A produção de dados deu-se a partir da aplicação de um questionário online. Neste recorte, as respostas fechadas de 12 universitárias com deficiência foram analisadas quantitativamente e as respostas abertas de 4 universitárias com deficiência foram analisadas qualitativamente. Para tanto, os dados obtidos foram analisados, conforme a análise de conteúdo temática de Minayo et al. (1994), e interpretados a partir dos pressupostos da Psicologia Sócio Histórica.

Os principais resultados evidenciaram que os cursos de Pedagogia (37%) e Psicologia (18%) são os mais frequentados pelas universitárias com deficiência. Acerca

disso, os estudos e relatórios do *Resumo do Censo da Educação Superior* apontam que a entrada das mulheres nas instituições de ensino aumentou nos últimos anos, e a escolha por cursos das áreas de humanas continuam predominando. Em relação às mulheres com deficiência, a realidade não é diferente.

Quanto a isso, Dantas, Silva e Carvalho (2014) pontuam que a condição de mulheres com deficiência influencia na escolha profissional, principalmente, pelo fato de que o mercado de trabalho é repleto de desigualdades, produzindo barreiras que implicam na vivência dessas mulheres.

Quanto aos maiores desafios durante o ensino remoto, apresentamos o relato da universitária Laís, a seguir:

Para eu acompanhar esse PLE eu tive que procurar a ajuda dos colegas para me ensinar a entrar na sala de aula online. Esse foi o maior desafio pra mim, aprender a usar WhatsApp, a aprender a entrar no link das aulas. Estou aprendendo aos poucos a usar as tecnologias.

No relato de Laís, apreendemos a importância da interação social no desenvolvimento dos sujeitos. Acerca disso, Batista e Enumo (2004, p. 109) pontuam que “a aceitação e o desenvolvimento das interações sociais contribuem na criação de um ambiente inclusivo, e assim, em uma prática educacional inclusiva, em que haja interação e aceitação social de todos os estudantes”. Nesse sentido, as interações entre os colegas podem ser significativas na vida pessoal e profissional dos envolvidos, contribuindo no enfrentamento das múltiplas barreiras que implicam no processo de ensino-aprendizagem de universitários com deficiência.

Passamos agora para a pesquisa realizada por Amorim (2023) que teve como objetivo desenvolver e analisar práticas colaborativas que tenham a intencionalidade de expandir a agência de universitários com deficiência. Trata-se de uma pesquisa colaborativa e ativista que teve no seu âmago o compromisso ético-político com a transformação e a justiça social. Os participantes foram 10 universitários, demarcados por diferentes deficiências, gêneros, idades, condições financeiras entre outros marcadores sociais. As informações produzidas foram analisadas qualitativamente.

Nessa ênfase, foram realizados treze encontros grupais, em que os participantes, a pesquisadora e uma pesquisadora-colaboradora se reuniram com o objetivo de não discutir a realidade somente, mas de mobilizar a criticidade, desvelar contradições e explorar possibilidades de agir. Evidenciando o movimento reflexivo e crítico dos

participantes durante as atividades desenvolvidas na pesquisa, destacamos as seguintes falas:

Eu acho assim, a faculdade acontece essas coisas porque as vagas são ofertadas, por quê? Por que são ofertadas se o ambiente não é adaptado pra nós? Eles têm obrigação. (Cecília).

Porque assim, quando nós fomos fazer a matrícula, nós levamos o nosso laudo médico [...] Por que que automaticamente, o sistema não entra em contato com o bloco... e não já aciona os professores? [...] Não pode tá esperando... De repente os professores são pegos de surpresa. A universidade é isso. Não pode tá esperando. (Francisco).

Em específico, as situações expostas pelos alunos mobilizaram a discussão sobre as lacunas e as contradições da legislação brasileira e de práticas institucionais, que, em alguns casos, ao invés de garantir acessibilidade e inclusão, perpetuam práticas capacitistas opressivas, como consequência disso, tendem a cercear a agência dos sujeitos.

Culminando com esta discussão, Conde, Vianna e Pole (2021), discutem os padrões excludentes, que são estruturados historicamente, como [o capacitismo], o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado, entre outros, que de modo recursivamente se perpetuam, oprimem e, acabam, muitas vezes, cooptando a agência de alunos.

Observamos que o grupo desta pesquisa é afetado por um combo de opressões (capacitismo, etarismo, sexismo etc), e a junção desses sistemas opressivos, age e imprime marcas restringindo e/ou limitando a sua agência. Contudo, mesmo inseridos nesse contexto, foi possível constatar que o grupo estava verdadeiramente envolvido com a proposta da pesquisa, impulsionados pela perspectiva do *devoir*, trabalhando no presente para alcançar mudanças no contexto universitário.

A exemplo das atividades realizadas, destacamos a produção de uma carta-manifesto, em que os universitários com deficiência após analisarem criticamente a realidade e as situações vivenciadas na instituição, colocaram em evidência suas reivindicações. O produto final foi amplamente divulgado à comunidade acadêmica.

Além disso, foram realizados diferentes atos públicos que culminaram em reuniões administrativas com os gestores, incluindo com o reitor da universidade. O ápice desse movimento foi a formação de um coletivo de universitários com deficiência e ativistas em prol das pautas que defendem melhorias no meio acadêmico, que respeitem a diversidade humana e a justiça social.

O coletivo foi nomeado pelos próprios participantes de “Nada Sem Nós”, que faz referência ao lema “Nada sobre nós sem nós”, que destaca a necessidade de incluir a voz das próprias pessoas com deficiência em tudo que diz respeito. Esse lema foi concebido pelas pessoas com deficiência e reafirmado durante a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, realizada em 2006, pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Desse modo, avaliamos que no contexto apresentado, os participantes da pesquisa puderam exercer sua agência, uma vez que de forma crítica e reflexiva analisaram a realidade que estão inseridos, participaram ativamente de práticas colaborativas e idealizaram projetos colocando-os em prática. Nesse sentido, recorremos a Stetsenko (2019), que discute agência radical-transformadora, isto é, propõe ações rompem com os padrões, ao que é dado ou imposto, para uma tomada de decisão (intencional e responsiva) para transformar realidades, no qual é exatamente imprescindível analisar criticamente o contexto.

Além do mais, os encontros em grupo possibilitaram o aprendizado mútuo e a troca de conhecimentos, aspectos que são proporcionados em um trabalho colaborativo. Como afirma Dounis (2019), é na relação entre os participantes que acontece o processo de reflexão-colaboração, isso permite que os sujeitos se tornem mais conscientes da realidade e suas contradições, ampliando seu poder de ação para a transformação das realidades educativas.

Sendo assim, reconhecendo o nosso papel de aliadas na luta anticapacitista na educação superior, e vivendo o lema “Nada sobre Nós sem Nós”, construímos esta pesquisa colaborativa e ativista, no qual trabalhamos juntos e nos comprometemos com a transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise descortina que a exclusão dos estudantes acontece por uma multiplicidade de fatores, como a persistência de práticas capacitistas pelos gestores e professores, falta de serviços de apoio adequados às condições dos universitários, exclusão digital, vulnerabilidade social, entre outros. Isto demonstra a insuficiência das orientações técnicas quando estas são desprovidas de suporte financeiro e humano e, principalmente, de uma política institucional consistente.

As situações capacitistas presentes na prática pedagógica reverberam na invisibilidade e conseqüentemente na exclusão do universitário, tendo em vista que a falta de acessibilidade e de apoio pedagógico são barreiras existentes, e por vezes impostas para tal finalidade, excluir.

Com base nos resultados, pudemos concluir sobre a necessidade de resgatar estes universitários para as instituições de educação superior, fomentando o seu protagonismo neste contexto, de maneira que possa retomar a sua formação pessoal e profissional, com qualidade. Por fim, neste processo, é essencial envolver o corpo docente que ainda resiste à inclusão educacional da pessoa com deficiência.

REFERÊNCIAS

- Abrasco (2022). *Dossiê: Pandemia de Covid-19*. Recuperado de https://ss-usa.s3.amazonaws.com/c/308481554/media/1824637bb2d1e9e9d74927413860285/Abrasco_Dossie_Pademia_de_Covid-19_versao2.pdf
- Amorim, R. O. (2023). *Por uma universidade inclusiva: práticas colaborativas e desenvolvimento de agência de pessoas com deficiência para a transformação da realidade* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Alagoas. Centro de Educação. Programa de Pós-graduação em Educação.
- Batista, M. W. & Enumo, S. R. F. (2004). Inclusão escolar e deficiência mental: análise da interação social entre companheiros. *Estudos de Psicologia*, 9(1), 01-111. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/epsic/a/YfVymdPRW4QWZXJ5s4Qz5dc/?format=pdf&lang=pt>
- Ciantelli, A. P. C. & Leite, L. P. (2016). Ações Exercidas pelos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais Brasileiras. *Rev. Bras. Ed. Esp.*,

- 22(3), 413-428. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/rbee/a/xThwG4TvvVT86tFY9cG66nN/?format=pdf&lang=pt>
- Castaman, A. S. & Rodrigues, R. A. (2020). Educação a Distância na crise COVID-19: um relato de experiência. *Research, Society and Development*, 9(6). Recuperado de <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/3699/3909>
- Conde, S. F., Vianna, E. & Pole, A. (2021). A cooptação neocolonial da agência por meio da patologização da pobreza, da diversidade e da desigualdade nos EUA e como enfrentá-la com uma educação ativista transformadora. *Cadernos CIMEAC: A educação Sul-Sul em perspectiva crítica: diáspora, identidades e pedagogias decoloniais*, 11(1), Uberaba.
- Costa, L. S. (2020). A vida da pessoa com deficiência: reflexões legadas do distanciamento social. Mendes, A. et al. (Org.). In: *Diálogos sobre acessibilidade, inclusão e distanciamento social: territórios existenciais na pandemia*. Rio de Janeiro; Goiás: IdeiaSUS/Fiocruz.
- Dounis, A. B. (2019). *Rede de apoio à inclusão escolar de uma estudante com paralisia cerebral: mediações de um processo colaborativo*. 2019. Tese. (Doutorado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.
- Dantas, T. C., Silva, J. S. S. & Carvalho, M. E. P. de. (2014). Entrelace entre gênero, sexualidade e deficiência: uma história feminina de rupturas e empoderamento. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, 20(4), 555-568. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/rbee/a/bV7h6MQqf7VyQ5Y93RYrBdw/?format=pdf&lang=pt>
- Fumes, N. de L. F. & Carmo, B. C. M. do. (Org.) (2021). *Deficiência, educação e pandemia: a desigualdade revelada*. Maceió: EDUFAL. E-book (pp. 86). ISBN 978-65-5624-045-9.
- Lopes, P. H., Ferreira, S. de M. F., Gesser, M. (2002). Gênero e cuidado: um olhar emancipatório para o campo da educação inclusiva. In: Silva, S. C. da; Beche, R. C. E. B., Costa, L. M. de L. (Orgs.). *Estudos da deficiência na educação: anticapacitismo, interseccionalidade e Ética do Cuidado*. Florianópolis: UDESC.

- Malheiros, B. T. (2011). *Metodologia da pesquisa em educação* - Rio de Janeiro: LTC.
- Mattoso, V. A. (2012). *Ora, direis, ouvir imagens? Um olhar sobre o potencial informativo da áudio-descrição aplicada a obras de arte visuais bidimensionais como representação sonora da informação em arte para pessoas com deficiência visual*. 2012. 187f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Moura, P. L. de, Silva, M. Q. da & Fumes, N. de L. F. (2022). Os serviços de apoio aos universitários com deficiência visual no ensino remoto. In: Alves, M. D. F., Petraglia, I. C., Guérios, E. C., Leite, T. de C. (Trans)formação: saberes necessários para esperar no presente e no futuro (173-189). São Carlos: Pedro & João Editores.
- Sguissardi, V. (2020). Future-se um projeto neoliberal de heteronomia das federais e um passo a mais rumo a sua privado-mercantilização. In: Giolo, J., Leher, R. & Sguissardi, V. (Org.). *Future-se: Ataque à autonomia das instituições federais de educação superior e sua sujeição ao mercado*. São Carlos: Diagrama Editorial.
- Silva, M. Q. (2022). *Dimensão subjetiva da realidade educacional dos universitários com deficiência visual em tempos de pandemias da covid-19*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Alagoas. Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.
- Silva, M. Q. & Fumes, N. L. F. (2022). Significações de universitários com deficiência visual sobre os serviços de apoio à inclusão na educação superior durante a pandemia. *Research, Society and Development*, 11(14), e418111436540.
- Silva, S. L. da C., Ferreira, R. M. & Fumes, N. L. F. (2023). Vivências de universitárias com deficiência em tempos de ensino remoto em decorrência da COVID-19. *Revista Educação Especial*, 36. Recuperado de <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/67940/60830>
- Subtil, M. J. D. (2016). Reflexões sobre marxismo e perspectiva teórico metodológica para a pesquisa em políticas educacionais. *Germinal: Marxismo e educação em debate*, Salvador, 8(2), 153-162. Recuperado de <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/16439/13090>
- Stetsenko, A. (2019). *Radical-transformative agency: continuities and contrasts with*

relational agency and implications for education. Front. Educ., 4.

Vigotsky, L. S. (2007). *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. Col, M. et al. (Org.). Tradução Neto, J. C., Barreto, L. S. M., Afeche, S. C. - 7a ed. - São Paulo: Martins Fontes.